

GESTÃO 2021/2024 DO SINDIPETRO-LP ENCERRA COM BALANÇO POSITIVO

DESTACANDO LUTAS QUE COMEÇARAM NO LITORAL PAULISTA E
BENEFICIAM A TODOS NO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

SINDIPETRO-LP
>> INFORMA

SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA

EDIÇÃO # 128 | JUN DE 2024 | sindipetrolp.org.br



É HORA DE RECOI
O QUE É NO

SIGA NAS REDES!



/SINDIPETROLP
CURTA NOSSA FANPAGE



/SINDIPETROLP
ASSISTA NOSSOS VÍDEOS



/SINDIPETROLP
SIGA NOSSO INSTAGRAM



13. 99137.8145
FALE CONOSCO

#PETROLEIROS

Durante a gestão 2021-2024, o Sindipetro-LP participou ativamente de diversas atividades em defesa dos trabalhadores, incluindo mobilizações em outros estados e atos como o “Fora Bolsonaro”, em defesa dos participantes da Petros, contra a terceirização no Sistema Petrobrás e a privatização de empresas públicas.

Reconhecida como uma categoria forte, os petroleiros do Litoral Paulista demonstraram ao longo dos últimos anos o poder da união e da luta organizada por meio de greves e mobilizações intensas.

Vale destacar a mobilização dos petroleiros da RPBC e UTE, que somente nos últimos três anos, organizaram três greves pelos mesmos motivos: as condições para a parada de manutenção.

Apesar do desgaste, a luta foi importante para mostrar aos gestores da empresa, especialmente em um momento em que a Petrobrás estava sob um governo privatista, que no Litoral Paulista se pratica um sindicalismo autêntico, com os trabalhadores liderando as lutas e protagonizando a própria história.

Esse empenho resultou na cláusula do acordo coletivo vigente que garante condições de trabalho mais seguras e justas durante as paradas de manutenção em todo o Sistema Petrobrás. Além disso, passar por todas essas mobilizações foi necessário, e graças a cada uma delas, culminou no fechamento do acordo coletivo, que assegurou o pagamento das horas extras geradas durante as paradas de manutenção no mês subsequente, sem que fossem para o

banco de horas.

Fabio Mello, coordenador do Sindipetro-LP na última gestão, em nome de toda a diretoria, agradece aos petroleiros do Litoral Paulista por todo o apoio e suporte nas lutas enfrentadas até aqui e ressalta a importância da participação dos trabalhadores nas conquistas e lutas, que esperamos, beneficiem a todos. “Ao longo dos últimos anos, essa conquista, que foi estendida a todos os trabalhadores da Petrobrás, teve como principal protagonismo a RPBC e a UTE, que desde 2020 vêm lutando para alcançar essa vitória, finalmente consolidada no acordo coletivo vigente.”

No material que segue, apresentamos um resumo das principais lutas e conquistas que tivemos ao longo do triênio 2021/2024.



2021

Anúncio de greve adia parada de manutenção da UTGCA durante a pandemia

Em julho de 2021, os petroleiros da Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato (UTGCA), em Caraguatatuba, com o suporte da diretoria do Sindipetro-LP, conseguiram adiar o início da parada de manutenção, originalmente marcada para começar em meados de julho, para 09 de agosto daquele ano. Esse adiamento permitiu garantir que quase 100% do efetivo envolvido fosse vacinado contra a Covid-19, proporcionando uma maior segurança para os trabalhadores durante a manutenção.

Com o adiamento da parada em mais de 55 dias, a categoria conseguiu garantir quase 100% da vacinação dos trabalhadores

contra a Covid-19, que começava a espalhar uma nova cepa naquele período, aumentando a segurança na unidade. Outro destaque foi a manutenção do THM em 168 horas e não as 200 horas do administrativo, como queria a empresa. Além disso, também ficou garantida a relação de trabalho e folga de 1x1,5.

Uma outra grande vitória foi a garantia da presença do sindicato no acompanhamento das paradas. A atuação do Sindicato junto ao Ministério Público do Trabalho, que mediou a negociação, foi eficaz, assegurando direitos e melhores condições na UTGCA e firmando uma parceria que tem sido bem sucedida para a categoria.



Greve pela manutenção do efetivo da Alemoa

A greve da Alemoa começou após várias tentativas de diálogo do sindicato com a empresa, que sem avanços, integrou a categoria em reuniões setoriais para debater a redução do quadro de operadores no Terminal de Santos e decidir os próximos passos da luta.

Nas setoriais, os trabalhadores do terminal Transpetro Alemoa destacaram a impossibilidade de reduzir postos de trabalho sem comprometer a segurança. A falta de operadores adequados nos turnos, a insuficiência de treinamentos e a tentativa dos gestores de manter apenas dois operadores nos píeres foram os pontos críticos levantados. A redução do efetivo contraria até mesmo as normas de segurança da Petrobrás, e pode resultar em graves acidentes. A mobilização acontecia às vésperas do leilão de terminais e o risco iminente de privatização do terminal preocupava ainda mais os trabalhadores. Diante da gestão bolsonarista no comando da empresa naquele ano, não houve acordo e os petroleiros partiram para a greve!

Foram 16 dias de greve, com muita pressão da gestão da empresa e dos prepostos dos contratados para que todos ignorassem os perigos da redução do efetivo e voltassem ao trabalho.

Durante o período apenas cinco pessoas “operaram” o terminal, sendo que alguns desses, nem operadores eram. Toda forma de assédio foi registrada durante a

mobilização, como forçar a entrada dos trabalhadores, atravessando-os até o terminal por barcas pelo porto, algo que é contra as normas de segurança da empresa, mas que naquele momento da história da Petrobrás, em pleno governo Bolsonaro, era mais que permitido. Assim como era também permitida a operação do terminal sem a presença na unidade da brigada de incêndio, tornando a permanência dos trabalhadores próprios e contratados ainda mais inseguros.

Os petroleiros do terminal Transpetro Alemoa, saíram vitoriosos da paralisação, conquistando compromissos importantes da empresa. A greve foi marcada pela união e força dos trabalhadores, que se revezaram nos turnos e resistiram à pressão dos gestores. Entre as conquistas destacam-se: manutenção do número de operadores até março de 2022; presença de trabalhadores experientes para uma gestão adequada do conhecimento; compromisso da Transpetro em finalizar o estudo de efetivo conforme a NR20; avaliação de reforços operacionais quando necessário; reavaliação do quadro em caso de aumento de tarefas; retorno dos treinamentos de brigadistas e composição de brigada de emergência e abono de 50% dos dias parados, sem reflexos negativos.

Essas vitórias fortaleceram a categoria e serviram de exemplo para outros petroleiros no Brasil.



Parada de Manutenção na RPBC

Em 2021 os trabalhadores da RPBC enfrentaram a administração da refinaria, que pretendia reduzir o efetivo de SMS e modificar o regime de horas, alterando o Total de Hora Mensal (THM) de 168 horas para o regime do administrativo que é de 200 horas mensais. A proposta de reduzir o número de técnicos de segurança de seis para cinco por turno, combinada com jornadas excessivas e riscos elevados de acidentes devido ao volume de serviços de manutenção, colocou os trabalhadores em estado de alerta. Além disso, a falta de medidas adequadas para conter a disseminação do coronavírus durante a segunda onda da pandemia piorava a situação.

Após muita conversa com os grupos de turno e ADM na barraca em frente ao CEAD e com a empresa, sem nenhum sinal de que manteria o efetivo, os trabalhadores aprovaram uma greve por tempo



indeterminado.

Diante de uma categoria mobilizada e motivada para o embate, a aprovação da greve resultou em um recuo por parte da Petrobrás. Para evitar a paralisação, a empresa se comprometeu a manter o THM dos trabalhadores de turno e a garantia de que quaisquer futuras alterações seriam discutidas previamente com o sindicato. O sindicato também conseguiu

retomar e manter o efetivo mínimo de técnicos de segurança e levar para a mesa de negociações as demandas do laboratório, dentre as quais, vai criar um grupo de trabalho entre representantes do sindicato e RPBC para discutir sobre o efetivo dos técnicos químicos do Laboratório, Técnicos de Enfermagem do Trabalho do setor de saúde e Inspectores de Segurança da Patrimonial.

2022

RPBC e UTE/EZR : greve e conquistas

Em fevereiro de 2022, após três dias de greve, os petroleiros da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) e UTE Euzébio Rocha aprovaram a proposta da Petrobrás e suspenderam a paralisação que havia sido iniciada no dia 18 daquele mês. Reunida em assembleia, a categoria decidiu pelo retorno ao turno de 168 horas durante a parada de manutenção, negociação dos dias de greve e pagamento das horas extras geradas no período.

A greve iniciou devido, novamente, à tentativa unilateral da Petrobrás de alterar o THM dos trabalhadores de turno de 168 para 200 horas durante a parada de manutenção. A mudança, que também implicava em regime administrativo provisório, foi feita de forma intempestiva pela empresa, revoltando os trabalhadores, dentre os quais aqueles que tiveram as férias canceladas e tantos que sofreram ameaças de retaliação.

As mobilizações começaram



ainda em janeiro, com assembleias para discutir a tabela de turno de 12 horas e as regras para a parada de manutenção. A empresa rejeitou a proposta do sindicato que exigia a manutenção do THM de 168 horas e regras permanentes

para a parada de manutenção sem mudança para o regime administrativo.

Diante da inflexibilidade da empresa e as tensões geradas, os trabalhadores decidiram pela greve. Durante as negociações, a dire-

toria do Sindipetro-LP participou de cinco reuniões com a empresa sem avanços significativos.

Graças à greve, que contou com grande adesão dos trabalhadores, conseguiu pressionar a empresa a reconsiderar sua posição.

2023

Manutenção do Total de Horas Mensais (THM)

Mais uma vez, a disposição de greve dos petroleiros da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) e da UTE Euzébio Rocha mostrou sua força e resultou em um acordo favorável com a Petrobrás. O movimento, que começou em março de 2023, com assembleias dos trabalhadores do turno e administrativo, tinha como objetivo principal a manutenção do

Total de Horas Mensais (THM) de 168 horas durante a parada de manutenção e o pagamento das horas extras geradas no mês subsequente.

As assembleias, realizadas na sede do Sindipetro-LP e na entrada dos turnos, contaram com uma participação expressiva, incluindo um fato inédito: a presença massiva dos trabalhadores administrati-

vos da manutenção, que votaram com a maioria pela greve.

A mobilização ganhou força, lembrando que, desde 2021, a manutenção do THM de 168 horas já era uma questão resolvida para os petroleiros. Em 2022, após três dias de greve, a empresa teve que recuar de uma tentativa de alteração. Confiante na mobilização, a categoria estava ainda mais firme,

com a decisão de que, sem acordo, a greve seria inevitável.

Após ser notificada sobre a iminente greve, a Petrobrás apresentou uma proposta para evitar a paralisação. A oferta incluiu a manutenção do THM de 168 horas durante a fase 1 (liberação dos equipamentos) e fase 3 (partida e entrada de produção das unidades) da parada de manutenção. Para a fase 2 (manutenção propriamente dita), a empresa propôs um THM de 200 horas

para os trabalhadores do turno. O ponto crucial do acordo foi o pagamento das horas extras geradas durante todas as fases da parada, a serem pagas no mês subsequente, atendendo assim uma das principais reivindicações dos trabalhadores.

A disposição de greve dos trabalhadores da RPBC e UTE Euzébio Rocha reafirmou a importância da união e da luta organizada e garantiu direitos e a segurança dos trabalhadores da unidade.



Tabela Salarial Unificada

Ao longo dos últimos três anos, o Sindipetro-LP desempenhou um papel importante nas negociações entre os contratados e a Petrobrás. Além de negociar acordos coletivos e lidar com demandas pontuais, o sindicato conseguiu estabelecer, como critério de contratação para empresas terceirizadas, a aplicação da tabela salarial unificada. Essa conquista foi resultado de uma longa batalha dos trabalhadores de Cubatão, que participaram de mobilizações, greves e atos unificados convocados pela União Sindical de Cubatão. Esta união inclui os sindicatos dos petroleiros, da construção civil e dos metalúrgicos, além da Associação dos Trabalhadores Desempregados de Cubatão.

Graças a esses esforços, atualmente cerca de 70% dos contratos na Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão (RPBC) seguem a

tabela salarial unificada. A cada novo contrato, os trabalhadores se mobilizam para garantir esse direito, que já é uma realidade para a maioria dos contratados.

Convênio Médico para as famílias dos contratados

Outra conquista importante da diretoria do Sindipetro-LP foi a garantia, em contrato, de plano de saúde para os petroleiros contratados e dependentes.

Esse benefício era uma realidade na Petrobrás até o impeachment da presidente Dilma Rousseff, e foi tirado dos trabalhadores pelos governos privatistas de Temer e, mais intensamente, no governo Bolsonaro.

Diante do governo atual, que prometeu alavancar novamente as contratações na Petrobrás e aumentar as garantias aos trabalhadores, iniciamos negociações com a empresa, cobrando o convênio médico aos trabalhadores



e seus dependentes. Como para os trabalhadores nada acontece sem luta, realizamos com os sindicatos da Construção Civil, Metalúrgicos e Associação dos Trabalhadores Desempregados de Cubatão, diversas mobilizações e greves.

Reforçando a máxima de que “só a luta muda a vida”, a última greve dos contratados, realizada

em maio de 2024, consolidou o direito ao convênio médico integral aos trabalhadores e seus dependentes, registrado no acordo coletivo da categoria.

Graças a mobilização dos trabalhadores e sindicatos, todos os trabalhadores ligados à construção civil recebem o benefício, que hoje contempla 80% dos contratos da refinaria.

No entanto, é preciso manter a mobilização e pressionar a empresa para estender o benefício para todas as empresas do Sistema Petrobrás, pois o benefício é garantido pela empresa aos contratos com duração de mais de um ano de vigência, a partir de dezembro de 2023 e somente na Petrobrás, não para suas subsidiárias.

Greve contra a tabela 3x2 e lockout causado pela empresa

Em setembro de 2022, os petroleiros dos grupos de turno da RPBC e UTE Euzébio Rocha do Litoral Paulista iniciaram greve contra a implantação de turno 3x2. Apesar dos avisos da categoria de que faria a mobilização, as gerências da unidade “pagaram para ver” e impuseram a tabela 3x2. Usando uma tática diferente de mobilização, trabalhadores e sindicato resolveram ao invés de paralisar a produção, iniciar uma “greve trabalhada”, na qual todos os trabalhadores da escala entrariam na unidade para fazer a escala 6x4.

Firmes no propósito de manter a greve, os grupos de turno enfrentaram uma escalada de assédio da gerência da refinaria, que começou com o corte da rendição dos trabalhadores, bloqueando seus crachás nas catracas, provocando o primeiro caso de “lockout” (paralisação por iniciativa do empregador) na RPBC que se tem conhecimento; trancou com correntes e cadeados a portaria; e depois determi-

nou que só entrariam se assinassem um termo declarando que aceitavam trabalhar pela tabela 3x2. Sem o aceite, cada grupo que tentou trabalhar foi barrado pela empresa, e a onda de assédio seguiu.

Sem que avançasse nenhum tipo de negociação, a greve foi parar em audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), onde empresa chegou ao absurdo de propor redução no número de trabalhadores em 90%, desde que aceitassem a tabela 3x2. A proposta foi recusada pelo sindicato, pois prejudicaria o objetivo da greve.

Após muita pressão e ação do jurídico do sindicato, o turno 3x2 foi suspenso por uma tutela provisória de urgência assinada pelo Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Emanuel Pereira, que restabeleceu a escala 6x4. Além disso, a empresa recuou da cláusula de renúncia ao passivo das tabelas de 8 horas e após isso, os trabalhadores assinaram o TIR de 12h.



Justiça reconhece que sempre estivemos certos!

No dia 8 de novembro de 2023, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) deu razão à greve dos trabalhadores e por maioria de votos e contra o voto do relator, reconheceu que a Petrobrás praticou lockout, impedindo que seus empregados entrassem nas unidades e culpando os trabalhadores e sindicatos pelos prejuízos causados.

Combate ao assédio moral na UTGCA

A diretoria do Sindipetro-LP no Litoral Norte enfrentou anos de muito assédio moral na UTGCA, com casos envolvendo trabalhadores próprios e contratados e até mesmo diretores do sindicato. Os assediadores com cargo de confiança na Petrobrás acabavam incentivando o assédio dentre os prepostos das contratadas e a impunidade reinava na unidade.

Após muita mobilização e conversas com a empresa, a atuação do sindicato foi importante para amenizar a situação, embora mantenhemos a vigilância constante na gestão da UTGCA. Infelizmente, ainda vemos muitos dos que foram denunciados por assédio sendo apresentados com mudança de gerências e unidades, sem que tenham respondido pelos casos praticados.

Fim do trabalho solitário nos painéis da Destilação da RPBC

A máxima de que “sem luta, não há conquista”, foi mais uma vez comprovada com a vitória obtida pelos trabalhadores da CCI, da RPBC.

Prova disso, é que após pressão por parte dos trabalhadores e da Diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista, a gestão da RPBC, em Cubatão, recuou da decisão do trabalho solitário nos painéis da destilação da nova CCI.

O avanço foi anunciado após o Sindicato ter enviado um ofício formalizando o pleito e elencando todas as considerações para que as unidades tivessem, de fato, o segundo homem no painel, tanto da unidade N quanto da V, em caráter definitivo.

A notícia foi anunciada no dia 20 de março deste ano, quando a diretoria esteve reunida com o gerente geral e o gerente de produção da RPBC que informaram que a unidade teria um trabalhador adicional no painel da N e outro no painel da V, assim como havíamos conseguido também na UGAV. Com essa vitória, extinguímos de uma vez por todas o trabalho solitário nos painéis da sala de controle da RPBC.

Graças à união e comprometimento dos trabalhadores, conseguimos resolver o impasse da mudança física da CCI para o NCAD e seus impactos nos três painéis (UGAV, N e V) que tinham trabalho solitário.

Reunião mensal do DAP

Uma das atividades promovidas pela gestão que se despende do sindicato são as reuniões mensais do Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP), seguidas pela confraternização dos aniversariantes do mês. Esses encontros acontecem toda última quarta-feira do

mês, tanto na sede quanto na subsede, contando com a presença da diretoria do sindicato e advogados do nosso jurídico, para esclarecer dúvidas sobre ações e outros assuntos, além de palestrantes que abordam temas como Petros, AMS e outros de interesse da categoria.



Pagamento de HE durante a parada de manutenção

Em 2023 os gestores de RH da UTGCA, apresentaram o padrão que irá garantir que o pagamento de horas extras feitas durante a parada de manutenção será pago no mês subsequente, com autorização gerencial como sempre foi feito. O Sindipetro Litoral Paulista tem uma grande parte dessa conquista em decorrência das lutas travadas nos últimos anos, dentre elas a parada de manutenção na Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão, que deflagrou greve pelo THM e pelo pagamento

das horas e na UTGCA com o adiamento da parada.

O Padrão PP-1PBR-00516 será revisto e será estendido para todas as unidades da Petrobrás e não será mais tratado como uma excepcionalidade como ocorreu em Cubatão. O feito é um grande orgulho da Diretoria do Sindipetro-LP por fazer parte dessa luta. Apesar disso, temos pleno entendimento que essa é só uma batalha vencida, mas que a guerra continua e que há muitos mais que podemos avançar.

Nova Sala de Operação para trabalhadores da UTGCA

A luta na UTGCA pela retirada da sala de operação dentro da subestação foi intensa, contando com muita negociação e o apoio fundamental dos trabalhadores. Graças a esse esforço coletivo, foi possível construir

uma nova sala para os operadores, a sala de facilities, localizada no prédio do GPI. Esta conquista representa um avanço significativo nas condições de trabalho e segurança para todos os envolvidos.

Operação Ouro Negro nas plataformas da nossa base

O Sindipetro-LP estabeleceu uma importante parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT), participando de várias edições de vistorias nas plataformas do Sistema Petrobrás. Durante essas inspeções, foram vistoriadas as plataformas P-66, P-67, FPSO Cidade de Paraty e Mexilhão, onde foram constatadas diversas irregularidades denunciadas pelos trabalhadores.

A Operação Ouro Negro realiza ações de inspeção, fiscalização e auditoria em plataformas offshore de exploração e produção de petróleo e gás natural que atuam em águas nacionais. O trabalho conjunto da Operação Ouro Negro visa promover e reforçar cuidados relacionados aos direitos e à saúde dos trabalhadores, à vigilância sanitária e ao meio ambiente.

Além das plataformas da Petrobrás, o sindicato também vistoriou plataformas afretadas, como as da SBM e MODEC. Durante essas inspeções, foi possível comparar benefícios, como o auxílio de deslocamento. Graças à Operação Ouro Negro, o Sindipetro-LP pôde exigir de forma contundente que os trabalhadores que moram a mais de 500 quilômetros do aeroporto de embarque tenham direito a passagem aérea, hotel e traslado do hotel até o aeroporto, conforme oferecido pelas empresas que prestam serviço para a própria Petrobrás.

Esse é um pleito importantíssimo que deve ser continuado no próximo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), e foi revisitado pelo Sindipetro-LP graças às experiências bem-sucedidas da Operação Ouro Negro.

Caravanas contra a terceirização

No governo Bolsonaro quando empresas estatais como Petrobrás, Eletrobrás e Correios estavam ameaçadas pela privatização e sofriam com uma invasão de terceirização de atividades

fim, participamos da Caravana Unitária, realizando mobilizações em diversas refinarias e unidades industriais em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraná e Rio de Janeiro.

Atos em defesa dos Participantes da Petros

Realizamos diversas mobilizações e caravanas para os Atos em Defesa dos Participantes da Petros, promovidos pelas duas federações de petroleiros e entidades parceiras, e, paralelamente,

houve discussões no GT da Petros para resolver o equacionamento. No entanto, os trabalhos não avançaram conforme esperado, e o último recurso é sempre a mobilização da categoria.



Por pressão dos sindicatos, Petrobrás adota medidas para evitar o Caos Aéreo

Os petroleiros das plataformas da UO-BS enfrentaram grandes problemas com atrasos e cancelamentos de voos devido ao caos aéreo, que impactou na rotina e condições de trabalho dos impactados. A situação piorou pela redução do número de aeronaves em circulação nas Bacias de Campos e Santos, em até 30% das aeronaves. Além disso, os trabalhadores ficaram sem orientação durante as longas esperas para embarque e desembarque, enfrentando dificuldades logísticas e a falta de alimentação adequada.

Em resposta a essas cobranças, a Petrobrás e os sindicatos Petroleiros do Litoral Paulista, Norte Fluminense, Espírito Santo e Rio de Janeiro se reuniram para discutir soluções. Como resultado, a Petrobrás apresentou uma Carta Compromisso que inclui várias medidas para mi-

tigar os problemas, dentre elas:

► Pagamento de Horas de Atrasos e Cancelamentos

A Petrobrás se comprometeu a pagar as horas referentes a atrasos e cancelamentos de voos no mês subsequente à sua ocorrência, além de um pagamento retroativo das horas de janeiro a abril de 2023.

► Extensão do Estado de Urgência Temporária

O decreto de estado de urgência temporária foi estendido por mais 90 dias, até 31 de outubro de 2023.

► Programa de Benefícios em Viagens

A empresa está estruturando um programa de benefícios em parceria com empresas de viagens, incluindo descontos em

remarcação de passagens aéreas.

► Limite de Tempo de Espera

A empresa comprometeu-se a seguir o limite de 4 horas de espera para embarque e desembarque para garantir a segurança dos trabalhadores.

► Reivindicações Atendidas

A Petrobrás atendeu a diversas reivindicações dos sindicatos, como alimentação para trabalhadores que estão para embarcar, uma van circular no Rio de Janeiro, a compra de passagens aéreas para casa em caso de alterações de voos, e hospedagem quando necessário.

Mais uma vez a mobilização da categoria e atuação do sindicato foram primordiais para conseguirmos soluções para mitigar os problemas gerados pela empresa.

